

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 – O presente processo objetiva a contratualização junto a empresa especializada para locação de perfuradores ósseos, com a disponibilização de instrumentais cirúrgicos em comodato, para utilização no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto, em atendimento à parceria decorrente do Termo de Colaboração nº 001/2025, firmado entre a Organização da Sociedade Civil Instituto Rosa Branca (“OSC”) e a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo (“FMS”) para a realização de atividades no Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, de acordo com as condições, especificações técnicas mínimas e quantitativos especificados neste Termo de Referência, no respectivo contrato, bem como na proposta apresentada pela empresa vencedora.

1.2 – As especificações a seguir destinam-se a descrever as características dos serviços a serem realizados, os padrões funcionais e métodos executivos a serem aplicados, exigíveis para a execução do objeto do presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 – A Organização da Sociedade Civil Instituto Rosa Branca firmou com o Município de São Gonçalo, através da FMS, o Termo de Colaboração nº 001/2025 que possui como objeto a execução de atividades de comum interesse em regime de mútua cooperação no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde de forma a assegurar o atendimento das demandas da atenção especializada de média e alta complexidade e a assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, observando as condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas nos respectivos Termo de Colaboração, Plano de Trabalho, Edital do certame e seus anexos.

2.2 – Em virtude de decisão técnica e administrativa do Tribunal de Contas do Estado, o Município de São Gonçalo ordenou que, inicialmente, só sejam iniciadas as atividades de saúde, decorrentes do sobredito Termo de Colaboração, referentes ao Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto.

2.3 – Assim, a presente contratação se justifica em vista da necessária execução do citado Termo de Colaboração, para a efetiva realização das atividades previstas no intuito de não comprometimento da continuidade dos serviços assistenciais prestados na supracitada unidade de saúde para assistência à população através do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.4 – No contexto em questão, há de se considerar que o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto se trata de unidade de saúde destinada, também, ao atendimento de demandas da atenção especializada de média e alta complexidade, na qual são realizados procedimentos cirúrgicos diversos que dependem de equipamentos como perfuradores ósseos, bem como da utilização de instrumentais cirúrgicos auxiliando a equipe médica para a realização das mais difíceis intervenções médicas.

2.5 – Assim, haja vista a unidade de saúde em questão não possuir os referidos equipamentos disponíveis, resta evidenciada a necessidade de locação dos mesmos no intuito de equipar a unidade hospitalar, tendo em vista a carência dos equipamentos especificados, e, principalmente, considerando se tratar de ferramentas essenciais aos pacientes atendidos na unidade por força da Parceria realizada.

2.6 – Ressalta-se que a opção pela modalidade de contratualização em questão possibilita a eliminação de investimentos iniciais com a aquisição de equipamentos, economizando recursos financeiros, além de manter sempre atualizados e novos os equipamentos da unidade, de modo a promover a produtividade, a qualidade, a eficiência e economicidade, com melhoria dos índices de disponibilidade dos equipamentos.

2.7 - Dessa forma, a contratualização pretendida visa o atendimento de parte das demandas do Instituto Rosa Branca, tendo um papel fundamental durante a realização das atividades voltadas aos serviços de saúde que serão efetivados através da parceria com o Município.

2.8 – Soma-se a isto a necessidade de se selecionar a melhor proposta para a prestação dos serviços em questão, razões pelas quais a OSC norteia-se pelos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como pelos critérios técnicos necessárias a contratualização pretendida, aplicando o previsto nas normas e legislações vigentes atinentes ao caso.

2.9 - Assim, a contratualização em questão demonstra-se essencial para a continuidade do bom funcionamento da unidade hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DA LOCAÇÃO:

3.1 – Através do objeto do presente instrumento a LOCADORA irá disponibilizar os equipamentos e quantidades abaixo descritas:

Item	Descrição dos Equipamentos Locados	Quantidade
1	PERFURADOR PNEUMATICO, com engate e chave para mandril em aço inox	04
2	PERFURADOR A BATERIA	02

3.2 – Também por força do objeto do presente instrumento a LOCADORA disponibilizará em COMODATO à LOCATÁRIA os seguintes instrumentais cirúrgicos:

Item	Descrição dos Instrumentais Cirúrgicos em Comodato	Quantidade
1	CAIXAS DHS/DCS	04
2	CANULADO 7.0	01
3	CANULADO 4.5	01
4	CAIXAS PEQUENOS FRAGMENTOS	04
5	CAIXAS THOMPSON	02
6	CAIXAS FIXADO EXTERNO	01
7	GRANDES FRAGMENTOS	03
8	MINI FRAGMENTOS	01
9	CAIXAS PLACAS LONGA DHS/DCS	01

3.3 – A empresa LOCADORA promoverá a organização técnica e administrativa dos serviços necessários, de modo a obter eficiência na execução do contrato, de acordo com as especificações deste instrumento e da legislação vigente aplicável à espécie, respondendo civil e criminalmente pelas consequências advindas de sua inobservância total ou parcial.

3.4 - A empresa LOCADORA deverá disponibilizar os equipamentos necessários à execução do contrato, evitando mudanças na metodologia do serviço ou a falta desses durante a jornada de trabalho da LOCATÁRIA, sob pena de rescisão direta unilateral do respectivo contrato, caso a questão não seja solucionada no prazo.

3.5 - A empresa LOCADORA deverá manter todos os equipamentos necessários à execução do contrato em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação de sua inutilidade/inadequação. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica da unidade hospitalar.

3.6 - A empresa LOCADORA será a exclusiva responsável pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais relativas aos seus funcionários e à execução do presente instrumento.

4. OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

4.1 - A LOCADORA deverá executar com afinco o objeto do contrato, com os serviços que lhe forem confiados, atendendo as expectativas depositadas pela LOCATÁRIA, observando rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, bem como toda a legislação vigente aplicável à espécie, respondendo civil e criminalmente pelas consequências advindas de sua inobservância total ou parcial;

4.2 - A LOCADORA deverá promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente Termo, de modo a obter eficiência na sua execução, de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer prejuízos causados por eventuais descumprimentos das normas, respondendo civil e criminalmente pelas consequências advindas de sua inobservância, seja total ou parcial;

4.3 - Executar o objeto do contrato com todo zelo, competência e diligência, dentro dos mais rígidos princípios morais e éticos;

4.4 - Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, dados, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pela LOCATÁRIA ou obtidas em razão do respectivo contrato, em função das peculiaridades dos serviços a serem fornecidos, abstando-se, qualquer que seja a hipótese, de utilizar o nome da LOCATÁRIA para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, bem como de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades realizadas, salvo mediante prévia autorização da LOCATÁRIA;

4.5 - A LOCADORA não poderá subcontratar, nem ceder, a totalidade do contrato. Casos excepcionais de subcontratação parcial somente poderão ocorrer mediante comunicação e concordância prévia, e expressa, da LOCATÁRIA;

4.6 - Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados de a LOCADORA intentarem reclamações trabalhistas contra a LOCATÁRIA;

4.7 - Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos;

4.8 - A LOCADORA deverá eleger um funcionário responsável por fazer a interlocução com a LOCATÁRIA garantido dessa forma um bom padrão de comunicação que garanta o atendimento das exigências de serviço da LOCATÁRIA, bem como nomear preposto responsável pelos serviços necessários, com a missão de garantir o bom andamento. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços e tomarão as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

4.9 - Esclarecer em tempo hábil eventuais dúvidas e indagações da LOCATÁRIA, prestando todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com a conservação, manutenção e funcionamento do contrato;

4.10 - Fornecer todos os equipamentos, bem como eventuais insumos e materiais, necessários à execução do objeto do presente instrumento;

4.11 - Executar o objeto do contrato observando as condições e prazos estabelecidos pela LOCATÁRIA, mantendo efetivo e respeitando as condicionantes técnicas exigidas para o desenvolvimento de suas atividades;

4.12 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do contrato;

4.13 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a LOCATÁRIA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus funcionários, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, sendo defeso invocar o Contrato para eximir-se de qualquer responsabilidade ou obrigação, bem como transferir o ônus financeiro decorrente dessas obrigações a LOCATÁRIA;

4.14 - Exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências da LOCATÁRIA, o uso obrigatório de uniformes e crachás de identificação;

4.15 - Apresentar a LOCATÁRIA, **sempre que necessário ou solicitado**, para as devidas comprovações de sua regularidade, a Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais, Estaduais e Federais e a Dívida Ativa da União, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – além de Relatórios de Execução dos Serviços e Outros (quando aplicável);

4.17 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de Segurança e Proteção do Trabalho;

4.18 - Emitir, **sempre que necessário ou solicitado**, Relatórios de Produção referentes os serviços prestados por força da execução do objeto do contrato;

4.19 - Respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao bom funcionamento dos serviços executados em razão do objeto contrato pela LOCATÁRIA;

4.20 - Garantir que todos os seus profissionais respeitem as normas instituídas pela LOCATÁRIA para garantir a segurança de seus pacientes e colaboradores e todas as exigências que venham a ser impostas pela Fundação Municipal de Saúde;

5. OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

5.1 - Fornecer e colocar à disposição da LOCADORA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;

5.2 – Disponibilizar as condições necessárias ao cumprimento do objeto do contrato pela LOCADORA;

5.3 - Verificar minuciosamente a conformidade da realização do objeto do presente instrumento, bem como dos equipamentos e instrumentos disponibilizados, com as especificações constantes desse instrumento e da respectiva proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.4 - Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, comunicando à LOCADORA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas em decorrência da execução do contrato para a imediata adoção de providências cabíveis pela LOCATÁRIA, fixando-lhe prazo para a correção quando necessário.

5.5 – Manter os produtos devidamente armazenados, seguindo sempre as orientações do fabricante.

5.6 – Designar Fiscais do Contrato funcionários para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato, de forma a executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico e controle do contrato, designando um para desempenhar o papel de “Representante da LOCATÁRIA”;

5.7 – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da LOCADORA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a LOCATÁRIA ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na fiscalização dos mesmos não implicará em corresponsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus prepostos;

5.8 – Efetuar o pagamento à LOCADORA no valor correspondente à execução do objeto, conforme notas fiscais/faturas apresentadas, no prazo e forma estabelecidos no respectivo contrato e no presente instrumento.

5.9 - Comunicar antecipadamente sobre qualquer alteração no escopo dos serviços e/ou cronograma de pagamento;

5.10 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela LOCADORA, de acordo com o presente instrumento e os termos de sua proposta.

5.11 - Prestar as informações e os esclarecimentos em tempo hábil, que venham a ser solicitados pela LOCADORA para o melhor cumprimento do Contrato;

5.12 - A LOCATÁRIA se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fruto da execução do objeto do presente instrumento, se o considerar em desacordo com o estabelecido no mesmo.

5.11 - Glosar do valor do Contrato eventuais prejuízos causados pela LOCADORA, de qualquer natureza, bem como valores decorrentes de passivos trabalhistas e fiscais, gerada e não adimplidos pela LOCADORA.

6. LOCAL DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – O objeto deste instrumento e seu contrato será executado no **Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto**, situado na Alameda Pio XII, nº 62, bairro Zé Garoto, São Gonçalo - RJ, CEP 24.440-400, unidade de saúde que compõe o Complexo Hospitalar.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 - O respectivo contrato terá o prazo de vigência de até 12 (doze) meses, cujo início se dará somente após a OSC LOCATÁRIA receber do Município de São Gonçalo a ordem de início das atividades do Termo de Colaboração nº 01/2025, ficando determinado que somente a partir do primeiro dia útil após esta data poderá ser contado o prazo de vigência do contrato realizado entre as partes, independentemente da data de sua assinatura, podendo ser renovado por intermédio de comum acordo entre as partes que deverá ser formalizado através de termo aditivo.

7.2 – Ressalta-se que a vigência do respectivo contrato estará condicionada à vigência do Termo de Colaboração nº 01/2025, firmado entre a LOCATÁRIA e o Município de São Gonçalo, por intermédio da FMS, de tal modo que a extinção do sobredito Termo de Colaboração, independentemente de motivo ou forma, mesmo que por imputação de culpa, extinguirá a relação jurídica contratual que decorrer do presente Termo de Referência, estando a LOCADORA ciente e concorde de que não terá direito algum a indenização, retenção ou compensação em decorrência de tal extinção.

8. DA VISITA TÉCNICA

8.1 - As empresas interessadas em participar do certame poderão realizar visita técnica no local da prestação dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, acompanhado por pessoa designada para esse fim, no dia e horário constante do Edital.

8.2 - A visita técnica não se configurará como obrigação a fim de comprovar a qualificação técnica do proponente, sendo uma faculdade conferida aos interessados para uma melhor elaboração das propostas.

8.3 - A empresa interessada, ao apresentar sua proposta, deverá considerar-se como tendo vistoriado todas as instalações assinaladas, entendendo-se como vistoria: “A constatação de um fato em imóvel, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa do serviço e materiais necessários”.

8.4 - Em hipótese alguma a OSC Instituto Rosa Branca aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, procedimentos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a empresa vencedora assumir todos os ônus dos serviços decorrentes.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A Fiscalização dos serviços será exercida por representante da LOCATÁRIA, a quem incumbirá acompanhar a conformidade dos serviços, dirimindo as dúvidas que surgirem ao longo da execução do respectivo contrato, e determinando à LOCADORA as providências necessárias ao seu regular e efetivo cumprimento.

9.2 - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da empresa LOCADORA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas,

perante a LOCATÁRIA ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na fiscalização dos serviços não implicará em corresponsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus prepostos.

9.3 - A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, e a conformidade de procedimentos a serem utilizados na execução do serviço deverá ser verificada juntamente com o documento da LOCADORA que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste termo.

10. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

10.1 - Ressalvada circunstância imprevista, o pagamento do valor mensal da locação será efetuado por meio de transferência bancária, até o dia 30 do mês subsequente, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, de acordo com os valores constantes da proposta da LOCADORA.

10.2 - A Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada das devidas comprovações de regularidade da LOCADORA - Guia de FGTS Digital acompanhada de relação atualizada que comprove o recolhimento referente aos funcionários disponibilizados para atuar na execução dos serviços naquele período, a DCTF WEB atualizada acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento, a Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais, Estaduais e Federais e a Dívida Ativa da União, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – além de Relatórios de Execução dos Serviços e Outros (quando aplicável).

10.3 - O não atendimento ao disposto na **cláusula 10.2. acima** autoriza a LOCATÁRIA a **reter os pagamentos** devidos até a regularização da pendência, sem prejuízo da rescisão contratual e da responsabilização da LOCADORA por eventuais danos causados;

10.4 - A efetivação do pagamento pela locação em questão fica condicionada à comprovação de regularidade da LOCADORA, por meio da apresentação das certidões especificadas acima.

10.5 - Sendo o pagamento dos valores referentes a contratualização em questão irrevogavelmente vinculado aos recursos financeiros a serem repassados pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, na hipótese de eventual atraso por parte da FMS em efetuar o repasse dos mencionados recursos financeiros, que ocorrem de forma mensal, o vencimento da obrigação pecuniária por parte da LOCATÁRIA será proporcionalmente prorrogado, sem a imposição de quaisquer juros, atualização monetária, multa ou indenização, para o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após este receber o respectivo repasse.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS E SERVIÇOS

11.1 - A proposta deverá ser apresentada pelas empresas interessadas através dos meios divulgados no respectivo EDITAL, e deverão, no mínimo:

- a. Ser clara em seus termos e não conter rasuras ou emendas em nenhuma parte de seu teor.
- b. Estar assinada, carimbada e rubricada em todas as suas vias pelo representante legal da empresa, com indicação do cargo por ele exercido.
- c. Conter o nome ou a razão social do proponente, o número do CNPJ junto à Receita Federal do Brasil, o endereço completo, o telefone e o endereço eletrônico (e-mail).
- d. Conter com clareza e sem omissões as especificações do serviço ofertado, mencionando a descrição, quantidade, valores unitários e totais, de forma a obedecer à discriminação do objeto.
- e. O valor mensal, expresso em moeda corrente nacional, no caso o real - R\$, em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

11.2 - Todos os custos necessários à execução dos serviços deverão estar inclusos, tais como impostos, taxas, encargos sociais e administrativos, bem como as despesas com mão de obra, ferramentas e equipamentos de apoio operacional, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da prestação do serviço constante deste Termo de Referência.

11.3 – As empresas interessadas deverão apresentar propostas emitidas com validade de 30 (trinta) dias corridos, a contar do primeiro dia útil seguinte à data em que ocorrer a entrega da mesma à OSC.

11.4 - As interessadas ficam cientes de que a apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem exceção.

12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 - A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação:

12.2 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. Em se tratando de sociedades comerciais, **contrato social ou estatuto** em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- b. Inscrição Estadual, se for o caso;
- c. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.
- d. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- f. Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura da cidade onde a empresa tem sede constituída.
- g. Alvará de vigilância sanitária, quando exigido por lei.

12.3 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).
- b. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (**DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (**INSS**), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho;
- e. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o proponente, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal.
- f. Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual.
 - f.1. No caso de Certidões expedidas pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser apresentado, em conjunto, sob pena de inabilitação, a Certidão Negativa de Débito referente a Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.
 - f.2. Caso o detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. O detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o proponente não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.
- b. Não será causa de inabilitação do proponente a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da

documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

c. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. **Observação:** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

12.5 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s), em papel timbrado da emitente, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, do ramo hospitalar de saúde, que comprove que a empresa já prestou os serviços por período de no mínimo 12 (doze) meses anterior a abertura deste certame, serviços estes compatíveis com o objeto da concorrência, que atestem o bom desempenho da empresa nos serviços pertinentes, os quais deverão ser compatíveis em características, quantidades e prazos aos do presente processo.

b. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será LOCADORA.

13. DECLARAÇÕES NECESSÁRIAS

13.1 – A empresa vencedora deverá apresentar declaração firmada de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei, bem como de inteira submissão aos termos do presente processo (vide modelo de declaração I, em anexo).

13.2 - Deverá apresentar, também, se for o caso, declaração firmada de ME E/OU EPP. (vide modelo de declaração II, em anexo).

São Gonçalo, 06 de janeiro de 2026.

INSTITUTO ROSA BRANCA

MODELO DE DECLARAÇÃO I

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N.º 12/2026

A empresa (**razão social**) _____, com sede na (**endereço**) _____, inscrita no **CNPJ** nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, considerando o devido atendimento ao instrumento convocatório referente ao Processo de Contratação em epígrafe, **(i)** que atende ao que dispõe o art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso XXXIII que assim determina: *“Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos”*; bem como **(ii)** declara inteira submissão aos termos do respectivo Termo de Referência.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2026.

Ass. do representante legal

MODELO DE DECLARAÇÃO II - ME E/OU EPP

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N.º 12/2026

A empresa **(razão social)** _____, com sede na **(endereço)** _____, inscrita no **CNPJ** nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2026.

Ass. do representante legal

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N.º 12/2026

Atesto para os devidos fins de participação no processo de contratação em epígrafe, que a empresa _____ representada pelo (a) Sr. (a) _____, CPF n.º _____, vistoriou e tomou conhecimento do local onde serão executados a prestação e fornecimento dos serviços de _____. Os serviços serão realizados e/ou fornecidos na unidade de saúde _____, estando a empresa ciente das possíveis dificuldades que possam ocorrer quando da execução, obtendo todas as informações necessárias referentes às condições pertinentes ao local e ao objeto da contratação.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2026.

INSTITUTO ROSA BRANCA

Assinatura do representante da Empresa